UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
SR3 - Sub-Reitoria de Extensão e Cultura
DEPEXT - Departamento de Extensão

Cadastro de Projetos de Extensão

- Proposta de Novo Projeto -

P16457

Número: 7944
Ano: 2025

Andamento: Proposta Aguardando Documentação em 04/04/2025

1 - Identificação

Título:	Instituto de Pesquisas Constitucionais			
Coordenador(a):	Matrícula:	00343913		
	Nome:	JANE REIS GONCALVES PEREIRA		
Unidade:	FACULDADE DE DIREITO			
Departamento:	DEPTO. DE DIREITO DO ESTADO			
E-mails da Coordenação:	janereisuerj@outlook.com janergp@gmail.com			
Telefones da Coordenação:	Tipo	DDD	Número	Ramal
	Celular	21	988235363	
Endereço da Coordenação:	Logradouro:	Rua Aníbal de Mendonça		
	Número:	122		
	Complemento:	902		
	Bairro:	Ipanema		
	Município:	Rio de Janeiro		
	CEP:	22410050		
Unidades Envolvidas:	FACULDADE DE DIREITO			

2 - Caracterização

Título do programa vinculado:	"Não Vinculado"

04/04/2025 12:41

É curricular ?	Não
Natureza:	Projeto
Abrangência:	Internacional
Locais de Realização:	Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro Município: Rio de Janeiro
Público Alvo:	Acadêmicos, estudantes e pesquisadores interessados em abordagens críticas do Direito Constitucional, além de profissionais do setor público, incluindo magistrados, promotores e advogados. Busca impactar organizações da sociedade civil, movimentos sociais e instituições de ensino, que também são alvo. O Judiciário é um público estratégico, considerando sua atuação na interpretação constitucional. Além disso, jornalistas e o público geral são incluídos para ampliar o debate democrático e jurídico
Grande Área de Conhecimento do CNPq:	Ciências Sociais Aplicadas
Área Temática Principal:	Direitos Humanos e Justiça
Área Temática Secundária:	Educação
Linha de Extensão:	Direitos individuais e coletivos

Parcerias Internas

Parcerias Externas

Sigla:	WZB
Instituição:	Weizenbaum Institute for the Networked Society
Tipo de Instituição:	Organizacao de Iniciativa Privada
Participação:	A parceria com o Weizenbaum Institute for the Networked Society fortalece as pesquisas do eixo de tecnologia, explorando relações entre direito, poder e governança digital. Com colaboração de uma pesquisadora do WZB Berlin Social Science Center, líder do grupo Technology, Power and Domination, o projeto se beneficia de perspectiva interdisciplinar e comparativa. O intercâmbio acadêmico inclui produção técnica, eventos e debates sobre os impactos das novas tecnologias nas liberdades e democracia.
Sigla:	IDP
Instituição:	Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa
Tipo de Instituição:	Organizacao de Iniciativa Privada
Participação:	A parceria com o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) fortalece o projeto por meio da cooperação acadêmica e institucional. O IDP contribui com sua excelência em ensino e pesquisa, promovendo intercâmbio de experiências entre docentes e discentes. A colaboração inclui participação conjunta em eventos, produção técnica e oportunidades para estudantes em atividades práticas, ampliando o impacto do projeto no debate jurídico e nas transformações sociais e institucionais.

Parcerias Externas	
Sigla:	UnB
Instituição:	Universidade de Brasília
Tipo de Instituição:	Instituicao Governamental Federal
Participação:	A parceria com a Universidade de Brasília (UnB) reforça a dimensão acadêmica e social do projeto, conectando pesquisa, ensino e extensão. A UnB contribui com sua excelência interdisciplinar, diversidade cultural e compromisso com a transformação social. A colaboração inclui intercâmbio de experiências, participação conjunta em eventos e produção técnica. Estudantes e pesquisadores se beneficiam do ambiente plural e inovador da UnB, ampliando o impacto do projeto no desenvolvimento democrático.
Sigla:	UFMG
Instituição:	Universidade Federal de Minas Gerais
Tipo de Instituição:	Instituicao Governamental Federal
Participação:	A parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) agrega excelência acadêmica e inovação ao projeto, fortalecendo sua base de pesquisa e extensão. Com sua liderança nacional, a UFMG contribui para a produção científica e o intercâmbio de conhecimento, envolvendo pesquisadores e estudantes em atividades conjuntas. A colaboração inclui eventos, produção técnica e formação crítica, ampliando o impacto do projeto no desenvolvimento de soluções jurídicas e sociais transformadoras.
Sigla:	CEU
Instituição:	Central European University
Tipo de Instituição:	Organizacao de Iniciativa Privada
Participação:	A parceria com a Central European University (CEU) fortalece a dimensão internacional do projeto por meio do intercâmbio acadêmico e institucional. A colaboração envolve troca de experiências entre pesquisadores, participação conjunta em eventos e produção técnica. Estudantes terão acesso a debates globais sobre direito e democracia, ampliando perspectivas teóricas e metodológicas. A CEU contribui para a formação crítica e interdisciplinar, promovendo diálogo entre diferentes tradições jurídicas

3 - Descrição

Resumo:	O projeto articula pesquisa, ensino e extensão a partir de uma abordagem crítica e transdisciplinar do Direito Constitucional, com foco na democracia e nos direitos fundamentais e humanos. Desde uma perspectiva brasileira e latino-americana, a iniciativa propõe diagnósticos institucionais, análise de legislação e jurisprudência e investigações empíricas e teórico-críticas sobre instituições, normas, discursos e procedimentos jurídicos. Além disso, objetiva elaborar documentos técnicos, como relatórios e amici curiae, organizar eventos acadêmicos e estratégias de difusão de conhecimento. A iniciativa busca articulação com redes de proteção de direitos

	humanos, incluindo movimentos sociais, órgãos estatais, organizações da sociedade civil e organismos internacionais, para fortalecer práticas democráticas inclusivas e propor mudanças institucionais. O eixo Democracia, Liberdades e Tecnologia investiga os desafios da proteção das liberdades fundamentais em um contexto de transformações sociais e políticas. Examina temas como vigilância, manipulação da informação e impacto das plataformas digitais, analisando a reconfiguração das liberdades de expressão, associação, religião e privacidade nas democracias atuais. Reflete criticamente sobre as tensões entre liberdade e controle diante da globalização, da governança digital, das mudanças sociais e da governança digital. O eixo Desigualdades: Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, Gênero, Raça e Classe parte do reconhecimento de que o direito constitucional tanto legitima desigualdades quanto pode ser instrumento de transformação. Investiga como normas jurídicas reproduzem exclusões e assimetrias, explorando estratégias para a redistribuição, o reconhecimento e a participação de grupos marginalizados. Foca em raça, gênero, sexualidade e classe, abordando desafios como neoliberalismo conservador, precarização do trabalho, crise climática e migração forçada, com vistas à construção de alternativas jurídicas mais inclusivas.
Palavra-Chave 1:	Constituição
Palavra-Chave 2:	Direitos Fundamentais
Palavra-Chave 3:	Democracia
Introdução:	O Direito Constitucional desempenha um papel central na organização das sociedades democráticas e na proteção dos direitos fundamentais e humanos. No entanto, apesar de seu potencial emancipatório, ele também pode perpetuar desigualdades e exclusões. Este projeto busca examinar criticamente a atuação das instituições jurídicas e sua relação com a manutenção ou superação de estruturas opressivas. A proposta combina teoria e prática, explorando como o direito pode ser tanto um instrumento de dominação quanto de resistência e transformação social. A partir de uma perspectiva brasileira e latino-americana, o projeto investiga normas, discursos jurídicos e processos institucionais, analisando como decisões judiciais e mecanismos legais impactam a consolidação democrática e os direitos fundamentais. Além da reflexão e produção acadêmica, o projeto desenvolve ações estratégicas de litígio, difusão de conhecimento e fortalecimento de redes institucionais, promovendo a cooperação entre universidades, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e organismos internacionais. Ao integrar pesquisa, ensino e extensão, o projeto não apenas capacita estudantes para uma atuação crítica no campo jurídico, mas também visa incidir na realidade por meio da produção de documentos

	técnicos, articulação de redes e participação no debate público sobre temas constitucionais e democráticos.
Justificativa:	O cenário jurídico e político contemporâneo exige uma análise aprofundada das normas constitucionais e das instituições responsáveis por sua interpretação e aplicação. No Brasil e na América Latina, as democracias enfrentam desafios decorrentes da captura e instrumentalização de instituições jurídicas e políticas por interesses que frequentemente contrariam os princípios democráticos e os direitos fundamentais. Esse processo se manifesta na adoção de normas, decisões e práticas que restringem direitos, consolidam desigualdades e limitam a atuação de mecanismos de controle e participação social. O Direito Constitucional desempenha um papel crucial nesse contexto, sendo ao mesmo tempo espaços de resistência e reificação de estruturas excludentes. Este projeto se justifica pela necessidade de desenvolver abordagens críticas e transdisciplinares para analisar o direito constitucional, contribuindo para a formulação de diagnósticos e propostas de mudança institucional. Além disso, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão permite formar profissionais capacitados a compreender as dinâmicas jurídicas e atuar estrategicamente para promover justiça e inclusão social.
Objetivo geral:	Desenvolver uma abordagem crítica do Direito Constitucional, promovendo pesquisa, ensino e extensão para analisar instituições jurídicas, processos normativos e discursos jurídicos, com foco na democracia e nos direitos fundamentais e humanos, articulando teoria e prática para a transformação social.
Objetivos específicos:	● Realizar investigações empíricas e teórico-críticas sobre instituições jurídicas e processos normativos. ● Produzir documentos técnicos, como relatórios, notas técnicas e amici curiae, com potencial de incidência em debates jurídicos e políticos. ● Organizar eventos acadêmicos e atividades de difusão de conhecimento para ampliar o alcance da pesquisa e fortalecer redes de proteção de direitos humanos. ● Estabelecer colaborações com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e organismos internacionais para desenvolver diagnósticos e propor mudanças institucionais. ● Capacitar estudantes para uma atuação jurídica crítica e engajada, unindo teoria e prática na defesa da democracia e dos direitos fundamentais.
Metodologia e Avaliação:	O projeto será desenvolvido em três eixos principais. 1. Pesquisa: O projeto contará com grupo de pesquisa responsável por investigações empíricas e teórico-críticas sobre o papel do direito

	constitucional na manutenção ou transformação das estruturas sociais. A metodologia inclui análise documental, estudo de casos e entrevistas qualitativas, combinadas a uma abordagem comparativa que permite examinar como diferentes sistemas jurídicos enfrentam desafios institucionais e normativos. Esse enfoque possibilita identificar padrões, contrastes e inovações que possam contribuir para o aprimoramento das instituições democráticas e da proteção dos direitos fundamentais. 2. Produção técnica: A pesquisa resultará em documentos técnicos, como pareceres, notas técnicas e amici curiae para influenciar debates jurídicos e políticos. O processo será colaborativo, envolvendo acadêmicos, estudantes e profissionais do direito para garantir análises fundamentadas e aplicáveis. 3. Difusão de conhecimento: Os resultados serão disseminados por meio de eventos acadêmicos, seminários, cursos e parcerias institucionais. O projeto buscará estratégias acessíveis para ampliar seu impacto e estimular o debate público sobre constitucionalismo e democracia. A utilização da arte também será explorada em eventos e ações de difusão, como exposições, performances ou produções audiovisuais, que conectem o público a questões de direitos humanos e democracia de maneira emocional e reflexiva. A abordagem crítica adotada identifica desafios do direito constitucional, mas também propõe soluções para aprimorar instituições e práticas jurídicas. A avaliação do projeto considerará a produção acadêmica e técnica, a efetividade das articulações institucionais e o impacto das atividades de difusão. Indicadores qualitativos e quantitativos mensurarão os resultados, incluindo participação em debates públicos, adoção de recomendações jurídicas e envolvimento de estudantes em atividades práticas.
Tem Relação com ensino?	Sim
Tem Relação com pesquisa?	Sim
Interação Dialógica:	O projeto busca promover uma interação dialógica contínua entre academia, sociedade civil e instituições, incentivando a troca de saberes e experiências. Através de eventos acadêmicos, pareceres técnicos e iniciativas de difusão de conhecimento, busca-se ampliar o debate público sobre questões constitucionais e institucionais. A articulação com redes de proteção de direitos humanos, incluindo movimentos sociais, organizações da sociedade civil e organismos internacionais, fortalece o impacto prático das pesquisas desenvolvidas, garantindo que o conhecimento produzido dialogue com demandas concretas e contribua para a construção de respostas jurídicas e políticas mais inclusivas e democráticas.
Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade:	O projeto adota uma abordagem interdisciplinar ao integrar conceitos e metodologias do direito com as de outras ciências como a ciência política, história, sociologia, filosofia e comunicação e artes. Essa

	perspectiva amplia a compreensão sobre o funcionamento das instituições e suas dinâmicas sociais, permitindo uma análise mais complexa das interações entre direito constitucional, democracia e direitos fundamentais. Além disso, o projeto incentiva a colaboração entre diferentes profissionais, como juristas, cientistas sociais, jornalistas, ativistas e artistas favorecendo o desenvolvimento de estratégias inovadoras para a incidência acadêmica e social. O projeto vai além da interdisciplinaridade, propondo também uma integração com o conhecimento prático e as contribuições de atores fora do âmbito acadêmico, visando a uma abordagem holística.
Impacto na formação do estudante:	O projeto capacita estudantes para uma atuação jurídica crítica, promovendo a reflexão sobre o papel do direito na estruturação da democracia e dos direitos fundamentais e preparando-os para intervir estrategicamente na realidade. A participação no grupo de pesquisa, a elaboração de documentos técnicos e o envolvimento em eventos e parcerias institucionais proporcionam experiência prática e desenvolvimento acadêmico.
Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão:	O projeto articula ensino, pesquisa e extensão ao integrar a produção acadêmica com atividades de impacto social e formação crítica dos estudantes. A pesquisa desenvolvida alimenta a produção de documentos técnicos e a organização de eventos, enquanto os resultados dessas iniciativas retornam ao ensino por meio de disciplinas, seminários e supervisão de trabalhos acadêmicos. A extensão permite que o conhecimento jurídico produzido na universidade contribua para a formulação de diagnósticos, boas práticas e propostas institucionais, promovendo um aprendizado dinâmico e aplicado, baseado na interação com atores externos e na análise de problemas concretos.
Impacto e Transformação Social:	A proposta visa fortalecer redes de proteção de direitos humanos, incidir no debate jurídico e promover mudanças institucionais que ampliem a participação democrática e a efetivação dos direitos fundamentais. O projeto contribui para a construção de um direito constitucional mais inclusivo, crítico e comprometido com a transformação social.
Referências bibliográficas:	ALMEIDA, Eloísa Machado de. Capacidades institucionais dos amici curiae no Supremo Tribunal Federal: acessibilidade, admissibilidade e influência. Revista Direito e Práxis, v. 10, n. 1, p. 678-707, 2019. BISSOLI, Luiza Duarte. Organizações não governamentais mobilizando o direito contra os transgênicos: estratégias, alianças e enquadramentos. Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, v. 4, n. 2, 2016. BRANDÃO, Rodrigo; NUNES, Daniel Capecchi. O STF e as entidades de classe de âmbito nacional: a sociedade civil e seu acesso ao controle concentrado de constitucionalidade. Revista de Direito da Cidade, v. 10, n. 1, 2018.

	GOMES, Juliana Cesario Alvim. Por um constitucionalismo difuso: cidadãos, movimentos sociais e o significado da Constituição. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2020. MEDINA, Damares. Amicus Curiae: amigo da corte ou amigo da parte? São Paulo: Saraiva, 2010 MEYER, Michelle N. The plaintiff as person: cause lawyering, human subject research, and the secret agent problem. Harvard Law Review, v. 119, p. 1510-1531, 2006. OLIVEIRA, Fabiana Luci. Agenda suprema: interesses em disputa no controle de constitucionalidade das leis no Brasil. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 105-133, abr. 2016. PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. O Judiciário como impulsionador dos direitos fundamentais: entre fraquezas e possibilidades. Revista da Faculdade de Direito – UERJ, n. 29, p. 127-157, 2016. SIEGEL, Reva. Why equal protection no longer protects: the evolving forms of status-enforcing state action. Stanford Law Review, v. 49, p. 1111-1148, 1997.

4 - Plano de Trabalho :	**2024**	"NÃO EXISTE"

5 - Relatório de Atividade :	**2024**	"NÃO EXISTE"

6 - Plano de Trabalho para o biênio	
Resultados esperados:	O projeto espera consolidar sua atuação como espaço de excelência na pesquisa, ensino e difusão do conhecimento em direito constitucional. Entre os resultados esperados estão a produção de artigos acadêmicos, pareceres técnicos e estudos comparativos sobre temas jurídicos relevantes; a organização de eventos e debates para fortalecer a interação entre academia e sociedade; o aprofundamento das parcerias institucionais com redes de direitos humanos, universidades e organizações da sociedade civil; e o desenvolvimento de diagnósticos e propostas voltadas à proteção da democracia e dos direitos fundamentais. Além disso, espera-se formar estudantes e pesquisadores com uma abordagem crítica e transdisciplinar, capacitando-os para atuar em contextos acadêmicos, institucionais e na sociedade civil.
Cronograma de Atividades:	1º semestre: Definição das linhas de pesquisa prioritárias, planejamento das atividades anuais e articulação com parceiros institucionais. 2º semestre: Início de grupo de pesquisa e realização de eventos acadêmicos iniciais. 3º semestre: Consolidação da pesquisa em andamento e ampliação das atividades de difusão de conhecimento. 4º semestre: Avaliação dos resultados obtidos; planejamento do ciclo seguinte; aprofundamento da articulação institucional e expansão das

	iniciativas de incidência acadêmica e social.

7 - Demanda de Bolsa de Extensão

Nº de bolsas solicitadas:	2
Plano de Atividades do(s) Bolsistas(s):	Os bolsistas atuarão na pesquisa, produção técnica e difusão de conhecimento, integrando teoria e prática no estudo crítico do Direito Constitucional. 1º semestre: apoiarão a revisão bibliográfica, análise documental e participação em reuniões do grupo de pesquisa. Também contribuirão para o planejamento de atividades e articulação com parceiros institucionais. 2º semestre: colaborarão na coleta e sistematização de dados para investigações empíricas e teórico-críticas. Participarão da elaboração de documentos técnicos (pareceres, notas técnicas e amici curiae) e na organização de eventos acadêmicos. Além disso, auxiliarão na produção de materiais para a difusão de conhecimento, incluindo textos para publicações e relatórios. No segundo ano, os bolsistas aprofundarão sua atuação na redação de artigos acadêmicos e estudos comparativos. 3º semestre: trabalharão na consolidação da pesquisa em andamento, ampliando parcerias e aprimorando estratégias de incidência acadêmica e social. 4º semestre: contribuirão na avaliação do impacto das ações realizadas e no planejamento do ciclo seguinte, auxiliando na sistematização dos resultados e no fortalecimento da interação entre academia e sociedade. Ao longo de todo o período, os bolsistas terão contato com pesquisadores e profissionais de diferentes áreas, participarão de seminários e capacitações e contribuirão para a formação de uma rede de pesquisa interdisciplinar e internacional. O plano busca desenvolver habilidades analíticas, críticas e metodológicas, capacitando-os para atuar na pesquisa e na incidência acadêmica e institucional.

8 - Membros da Equipe

Nome:	JANE REIS GONCALVES PEREIRA (COORDENADOR)
Cargo:	DOCENTE/PROF ADJUNTO
Matrícula:	00343913
CPF:	02428495712
Típo de vínculo:	Professor Efetivo

Nome:	Diego Werneck Arguelhes
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	09303520769
Típo de vínculo:	Externo

Nome:	Clara Iglesias Keller
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	02397193795
Típo de vínculo:	Externo

Nome:	Lucas Vinícius Viana dos Santos Ribeiro
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	05686120358
Típo de vínculo:	Externo

Nome:	Emílio Peluso Neder Meyer
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	01209475600
Típo de vínculo:	Externo

Nome:	Juliana Cesario Alvim Gomes
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	12420277775
Típo de vínculo:	Externo

Nome:	RODRIGO BRANDAO VIVEIROS PESSANHA
Cargo:	DOCENTE/PROF ADJUNTO
Matrícula:	00359935
CPF:	07486971798
Típo de vínculo:	Professor Efetivo

Nome:	Diego Gebara Fallah
Cargo:	

Matrícula:	
CPF:	10915406756
Típo de vínculo:	Externo
Nome:	JANE REIS GONCALVES PEREIRA
Cargo:	DOCENTE/PROF ADJUNTO
Matrícula:	00343913
CPF:	02428495712
Típo de vínculo:	Professor Efetivo
Nome:	Ligia Fabris Campos
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	09082464713
Típo de vínculo:	Externo
Nome:	Lena Riemer
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	00000000000
Típo de vínculo:	Externo
Nome:	Juliana Cesario Alvim Gomes
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	12420277775
Típo de vínculo:	Externo
Nome:	Clara da Mota Santos Pimenta Alves
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	82840083515
Típo de vínculo:	Externo
Nome:	Yussef Al Tamimi
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	00000000000

Típo de vínculo:	Externo
Nome:	Victor Giusti de Castro
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	04459879107
Típo de vínculo:	Externo
Nome:	Renan Medeiros de Oliveira
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	13145899708
Típo de vínculo:	Externo
Nome:	Breno Baía Magalhães
Cargo:	
Matrícula:	
CPF:	81668350297
Típo de vínculo:	Externo

Data ___ / ___ / ___

_____
Coordenador da Atividade

_____
Coordenador de Extensão

_____
Diretor da Unidade